

ANÁLISE DO CONCEITO DE TERRITÓRIO NA OBRA TERRAS DO SEM FIM, DE JORGE AMADO

Analysis of the concept of territory in Terras do Sem Fim, by Jorge Amado

Anael Ribeiro Soares¹
Emerson Ribeiro¹

¹Universidade Regional do Cariri
Departamento de Geociências
Rua Cel. Antônio Luiz, 1161, Pimenta
63.100-000 – Crato-CE
urca@urca.br

RESUMO

O presente estudo visa uma reflexão acerca do conceito de território, bem como de territorialidade, analisando-os paralelamente na obra “Terras do Sem Fim”, de Jorge Amado. É de suma importância por em relevo a analogia entre os conceitos geográficos e a literatura, tendo em vista que o estudo através da narrativa permite entrever a descoberta de uma geofricidade apropriada pela criação artística, concebendo sua materialização como objeto de estudo aqui analisado, através de uma abordagem pautada no poder. As obras amadianas apresentam uma série de elementos – relações de poder, violência, conflitos sociais, manifestações culturais - passíveis de investigação dentro de um âmbito científico, sobretudo, no que diz respeito à Geografia enquanto ciência do espaço. No limiar dessa obra amadiana, especialmente, verifica-se uma rede de relações sociais cujo núcleo é de caráter econômico, revestido por relações de poder. Aos poucos se apresentam os aspectos políticos, não só para conquista das terras, como também, depois de estabelecido a posse dessas. Por fim, a relação cultural surgir-se-á como fator de resistência para o desenvolvimento territorial, aonde as representações são associadas às experiências sociais no espaço, sobrepondo-se. Eis aí a ênfase do presente estudo, a saber, uma leitura territorial da obra em questão.

Palavras-chave: Território. Literatura. Geografia.

ABSTRACT

The present study aims a reflection about the concept of territory and territoriality, analyzing them in parallel in the book "Terras do Sem Fim" by Jorge Amado. It is extremely important to emphasize the analogy between geographical concepts and literature, considering that the study through narrative allows a glimpse discovery geographicity suitable for artistic creation, designing its materialization as objects of study analyzed here through an approach guided in power. The amadians' works present a number of elements - power relations, violence, social conflicts, cultural - can be investigated within a scientific framework, especially with regard to geography as a science of space. On the threshold of this amadians' work, especially, there is a network of social relations whose core is economic, coated power relations. Gradually present political, not only to conquer the land, but also, once established possession of these. Finally, the cultural relationship will arise as a resistance factor for development planning, where the representations are associated with social experiences in space overlapping. Behold, the emphasis of this study, namely, a reading of the work in the territorial question.

Keywords: Territory. Literature. Geography.

1 INTRODUÇÃO

Num primeiro plano, este artigo tratará das relações de poder, sem se preocupar com os laços identitários, tampouco com aspectos econômicos. Todavia, é necessário antes de tudo, abordar um pouco a noção de território, não olvidando o foco firmado logo acima. É fundamental iniciarmos propugnando que o território é, acima de tudo, cristalizado por e a partir das relações de poder. Devido a isso que, estruturalmente, discorreremos primariamente sobre tais relações, trançando, concomitantemente, um paralelo com a obra.

O poder é intrínseco ao território, portanto privilegiamos um pouco mais este tema em nossa análise. Na obra literária, as relações de poder manifestam-se, de um lado, na disputa e exploração da terra, e de outro, no controle político mediante o crescimento econômico, desvelados na tessitura da territorialidade, além da relação cultural.

Em “Terras do sem fim” a política expressa, sobretudo no viés governamental, num regime oligárquico centrado nas figuras dos coronéis Horácio da Silveira e Sinhô Badaró. Estes mesmos exercem uma política insidiosa, incorporando estratégias que vão desde a coação até assassinatos hediondos. Caracteriza-se, especialmente em função dessa conjuntura, um universo trágico-existencial, composto por injustiça, opressão e violência. Os grupos que detêm o poder político local, o obtiveram graças a suas condições socioeconômicas; uma vez consolidados, nota-se um conjunto de estratégias, especificamente políticas, para conservar o *status quo*.

O conflito, a rigor, é travado numa esfera social superior. As relações sociais são hierarquizadas, diferidas ainda mais com o valor ou valorização social, logrados/conferidos conforme a condição econômica através da produção cacaueteira, cuja produtividade é a principal fonte que suscita a dinâmica sócio-espacial.

A sociedade apresenta-se de forma bem estratificada, assimetricamente: de um lado coronéis/latifundiários, médicos, advogados e comerciantes, e de outro, agricultores, jagunços, prostitutas e trabalhadores em geral.

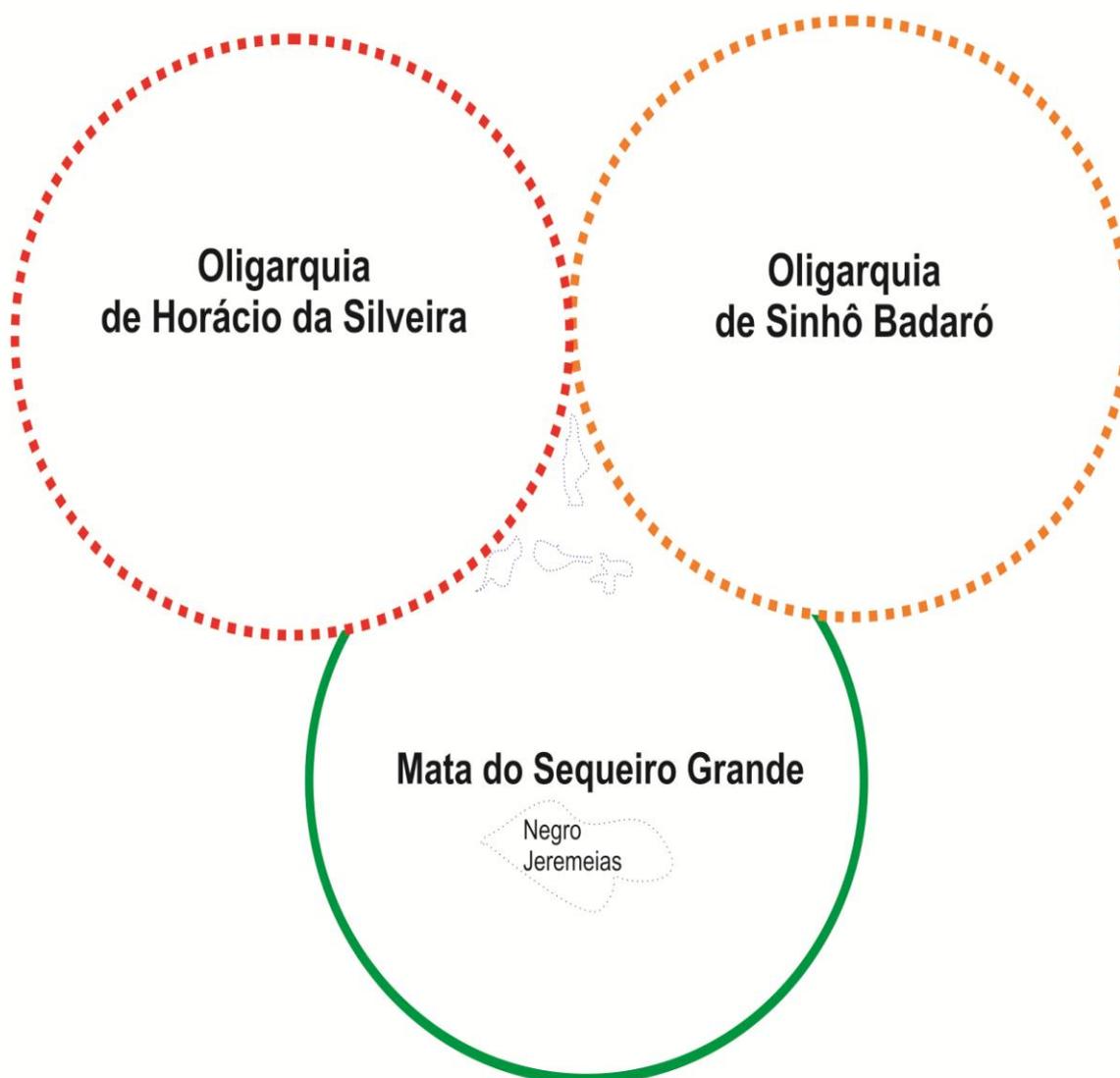
Esses aspectos culturais, políticos e econômicos, ocorrem no território, no *locus* onde a vida acontece, integrando o povo e sua história em relação mútua com o meio, construindo, paralelamente, um modo de vida, resultante da capacidade representativa dos homens.

Essa cultura não está ligada senão à expressão material do território, porém, também a expressão psicológica que ele representa mentalmente, isto é, a imaterialidade, de modo a impelir apanágio em simbiose com as pulsões emocionais. Cultura e território; um está contido no outro, pois alegoricamente uma canção pode lembrar um território, uma cidade congelada temporalmente, por assim dizer, enquanto nesse mesmo território/cidade estão contidos os atributos de onde se originou a canção, em consonância, a territorialidade surge, não somente para firmar uma ordem, ou melhor, ser um *locus* de processos econômicos e políticos, mas também feixes de formas materiais e imateriais que dotamos de significado.

Acredita-se que o território é um conceito polissêmico, (HAESBAERT, 2004, p. 87 – 119) - o que não é o mesmo que apreçoar desvios conceituais dicotômicos - haja vista que é fruto da humanidade em constante mutação, construindo e desconstruindo culturas e espaços. Ademais, ele ganha outros enfoques conforme cada área do conhecimento científico, sendo influenciado por determinadas perspectivas, enriquecendo, em corolário, uma discussão conceitual, contanto que se estabeleça simultaneamente um diálogo interdisciplinar.

Objetivando oferecer melhor assimilação e manter uma visão totalizada do território, dialogaremos com três vertentes ao longo da interpretação do conceito na obra, fundamentadas na concepção de Haesbaert (2004) a econômica – enfatizando a relação capital/trabalho, a política – relações de poder de forma geral, e a cultural- priorizando a dimensão simbólica e subjetiva do fenômeno.

Territorialidades da obra Terras do Sem Fim



Legenda

- Mata «virgem»
- Território político-econômico - Horácio
- Território político-econômico - Badaró
- Território político-econômico - Pequenos e médios agricultores
- Território cultural - Negro Jeremias

Autor: Anael Ribeiro Soares

Figura 1: O Croqui acima afigura as territorialidades constituídas na obra Terras do Sem Fim. Observam-se dois grupos hegemônicos bem consolidados, em constante disputa territorial, assim como pequenos e médios agricultores em meio ao confronto (linha tracejada em azul). No centro, logo abaixo, como alvo econômico, encontra-se a grande mata do Sequeiro Grande, praticamente intacta, exceto pela existência da personagem do Negro Jeremias que mantém uma relação espiritual com a mesma.

2 TERRITÓRIO: AS RELAÇÕES DE PODER

Decerto que o território, ao longo da história como noção ou conceito, esteve carregado de distintos significados e funcionalidades de acordo com a sociedade e seu contexto: ideológico, militar, produtivo. Poderíamos ilustrar os limites fronteiriços – para utilizar uma nomenclatura mais condizente com a reflexão - no período medieval, cujo terror era um sentimento presente, até quase que permanente, em parte devido aos mitos criados e apregoados pela igreja católica, mas também em virtude do “Estado”. Este, então enfraquecido, atribuía ao território um caráter de proteção, tendo substancialmente como função o abrigar, proteger dos perigos da sociedade fora dos feudos. Até mesmo em épocas precedentes a medieval, notamos tal finalidade, como no caso da muralha da China e dos muros romanos.

Contudo, no século XVI, especialmente após o surgimento e banalização do mapa, o território ganha mais importância, (...) passa a ser compreendido para além de abrigo, ou seja, como receptáculo de investimentos econômicos feitos por pessoas (SAQUET, 2010, p.27).

Assim, os aspectos econômicos do território - doravante compreendidos como fluxos de investimentos objetivando o enriquecimento - tornam-se proeminentes, influenciando diretamente as primeiras abordagens da noção (MAQUIAVEL, 2000).

Nesse sentido, Nicolau Maquiavel (2000) acaba sendo um dos pioneiros na reflexão acerca do território, ainda que indiretamente. Em sua obra *O príncipe*, nota-se a presença das relações de poder, expressadas na política por meio da dominação, apropriação, ocupação e administração das províncias. A manutenção do poder, aqui, tem como princípio a busca pela defesa da área com a dominação política e cultural. Para existência e consolidação da soberania do Estado, *a priori*, seria necessário à existência do território.

O arcabouço daquilo que futuramente seria elemento de reflexão de Raffestin (1993), a saber, o poder territorial, já aparecia nos estudos de Maquiavel, muito embora sempre associados ao Estado-Nação, mas salientado quando denota a imprescindível constituição do território na política estatal.

Como bem destacou Santos (2008), a geografia nasce em meio ao auge da burguesia, centrada na ideologia capitalista, desempenhando papéis fundamentais nesse contexto, especialmente na Alemanha: negligencia a função do Estado e das classes na organização sócio espacial, ao passo em que legitima o colonialismo. O limiar da construção do conceito de território inicia-se dentro desse panorama.

Dessa maneira, não seria exagero postular que Ratzel (1990) foi um desses geógrafos comprometidos com os interesses do Estado e os anseios da burguesia. Todavia, sem dúvidas que ofereceu questões fundamentais em relação à evolução do conhecimento geográfico, especialmente contribuições frutíferas concernentes ao território. Por isso, julgamos que estaríamos incorrendo em um grave erro se não evidenciássemos, mesmo brevemente, sua concepção de território.

A noção de território em sua obra *Antropogeografia*, segundo Saquet (2010), identifica-se com os recursos naturais, quando não, fundamenta-se no Estado-Nação visando a proteção com estabelecimento de fronteiras flexíveis, dessa maneira, verifica-se, de um lado, a existência do território sem a presença do homem, e do outro, a imprescindível atuação do Estado-Nação. Sua concepção obscurece o caráter político do território e limita-se a por em relevo a apropriação de recursos naturais; aproxima-se muito mais da etologia, ou mesmo da biologia, do que propriamente da geografia.

Seu conceito de espaço vital constituía-se na expansão territorial da sociedade, neste caso, a Alemã, porque em sua perspectiva naturalista o território detém seus atributos naturais, aos quais condicionam a sobrevivência do homem na Terra.

Com efeito, o conceito de território, embora em desenvolvimento, não atinge toda sua dimensão devida, carecendo assim de maior sistematização e aprofundamento, pois até então sua conceituação centra-se na visão naturalista, haja vista que é entendido meramente como substrato

para concretização da vida humana e, de outro modo, restringe-se à preponderância da atuação do Estado no território de tal maneira, que ambos (Estado e Território) passam a ser pré-condição de existência do outro.

O território só recebe uma atenção maior em Raffestin (1993), em sua obra *Por uma geografia do Poder*, cuja contribuição estabelece fundamentação teórica pontual na estruturação conceitual do território, distanciando-se da estreita e pobre visão conceitual naturalista e do poder associado exclusivamente ao Estado-Nação.

A despeito de haver uma linha tênue entre Espaço e Território, herança de uma geografia tradicional, Raffestin (1993, p. 14), estabelece bem as diferenciações dizendo que, ao apropriar-se concreta e abstratamente (por exemplo, pela representação) de um espaço, o ator o territorializa.

Dessa maneira, a noção de território passa a ser concebida por intermédio de um poder multidimensional, isto é, proveniente de múltiplas fontes intrínsecas no substrato de cada ser, medido e demarcado pela ação, a projeção do trabalho sobre a superfície.

Mas, a bem da verdade, convenhamos: corroboramos com a expressão de que o espaço é anterior ao território, agora, o que elucida a diferenciação, é que o território é uma ação marcada pelo poder projetada sobre outra ação, ou ao menos sobre o resultado desta, uma vez que o espaço objeto de estudo da ciência geográfica implica na mediação homem/natureza, e isso pressupõem uma ação; o que não é o caso do espaço apriorístico kantiano.

Portanto, conforme tudo que foi exposto, a simples ocupação é insuficiente, é necessário haver apropriação através de relações de poder, para ulteriormente, se ter domínio e controle sobre a área conquistada, conseqüentemente, isso pressupõe contradições e conflitos sociais cristalizados no arranjo territorial, bem como configurados por territórios relativamente descontínuos, desarticulados, em função do antagonismo sócio-econômico.

Antes de prosseguirmos com nossa reflexão, convém estabelecer um paralelo com a obra literária a qual propusemos analisar. Na obra, o poder intercala as relações sociais exortadas pelo interesse econômico expresso, sobretudo, na produção cacaueteira. Há em meio à contiguidade, objetivos distintos conforme os grupos sociais, que tornam o espaço como um campo complexo de forças variantes, e fazem dele um receptáculo das relações de poder, isto é, territorializam o espaço.

O território caracteriza-se pelo compartimento do espaço demarcado por relações de poder de qualquer natureza, engendrados por fatores das mais variadas ordens: política, economia, cultural, etc.

A violência é a forma aparente do uso e manutenção do poder dos dois grupos sociais hegemônicos, ao qual o território é submetido. Seu uso representa um poder amiúde posto em xeque, e dentro da narrativa, não se pode garantir o poder senão, primordialmente, através da violência, sendo este um dispositivo de recorrência permanente objetivando assegurar o *status quo* vigente.

“Os homens passavam, calçados de botas ou botinas de couro grosso, a calça cáqui, o paletó de casimira, e por baixo deste o revólver. Homens de repetição a tiracolo atravessavam a cidade sob indiferença dos moradores” (AMADO, 1983, p. 187).

O enredo desdobra-se repleto de violência, por um poder em risco constante, em movimento mútuo, que ora converge em direção a um grupo, ora a outro, pois não há uma área nítida, nem estável, de competência ou influência. Hannah Arendt ressalta este “poder oscilante” quando afirma que “[...] toda diminuição de poder é um convite à violência – quando pouco, aqueles que detêm o poder e o sentem escorregar por entre as mãos, sejam eles o governo ou os governados, encontram sempre dificuldade em resistir à tentação de substituí-lo pela violência” (ARENDRT apud SOUZA, 2008, p.78).

Retomando o pensamento de Raffestin (1993), segundo ele, o território é o lugar onde se projeta movimento, trabalho, ação. Como toda e qualquer ação tem objetivo, com ou sem intencionalidade, porque se direciona à determinado fim, e sendo cada sujeito singular, resta-nos postular que o homem em sociedade é, na verdade, poder oscilante, hierarquizado, chocando-se

com outrem na busca ávida por produzir um campo operatório que atenda às específicas utilidades. O território nessa perspectiva é, de fato, um campo de forças entrelaçadas em conflito constante.

A abstração do espaço de vivências, comum na cultura, na lembrança conservada na memória, é apropriação, por conseguinte, território desvelado na interação sujeito/meio. O desejo idealiza o território apreendido e estruturado através do poder, a abstração, por seu turno, é sua ferramenta. O território é originado e ao mesmo tempo origina, gera e, em contrapartida, é gerado nas relações sociais, ocasionando a relação do homem com seu espaço, onde há geração de laços identitários, criação de estrutura semântica, dando origem a cultura.

Nas primeiras páginas da obra literária “Terras do sem fim”, numa recordação de um dos personagens, nos deparamos com o que ensejamos evidenciar, isto é, a representação imagética do espaço modelado, o território abstrato:

A toada da canção que o sertanejo cantava perto dele se perdia na imensidão do mar, enchia de saudades o coração de Antônio Vítor. Recordava as noites de lua de sua cidadezinha, noites em que os candeeiros não eram acesos, nas quais ele ia com tantos outros rapazes, e com tantas moças também pescar do alto da ponte banhada de luar (AMADO, 1983, p.19).

Por fim, ainda é importante salientar a influência dos estudos de Foucault na obra de Raffestin somente a título de referência, mais especificamente nas reflexões acerca do “poder”. O filósofo francês compreende o “poder” dessa forma:

Com o poder não quero dizer “o Poder”, como conjunto de instituições e de aparatos que garantem a submissão dos cidadãos em um determinado Estado. [...] Com o termo poder me parece que se deve entender a multiplicidade de relações de forças inerentes ao campo no que se exercitam [...]; o jogo que, através de lutas incessantes, transforma-o, reforça-o, inverte-o; o apoio que estas relações de forças encontram uma nas outras [...] (FOUCAULT apud SAQUET, 2007, p. 32).

O poder deixa de ser associado, como antes o era, apenas às ações do Estado, em vez disso, há uma verdadeira amplitude, e o poder atrela-se à todo campo relacional, visto como fruto de relações sociais no instante em que fixam relativa organização política e espacial.

3 IDENTIFICANDO OS ELEMENTOS DO TERRITÓRIO NA OBRA

O romance se passa dentro de um período histórico – a formação da Zona do Cacau na Bahia -, portanto, alguns dos acontecimentos são inspirados diretamente no quadro socioeconômico, político e cultural do sul da Bahia, chegando a ser considerado pelo renomado crítico literário Antonio Cândido, em 1945, como romance histórico. A obra contém nuances realísticas, tendo, na realidade, um objetivo claro: a denúncia social. O núcleo temático do romance é a terra, em meio ao hibridismo dos conflitos sociais, e é nela que se encontra o valor econômico, evidenciado na exploração do Cacau, que, por sua vez, é o fator principal da migração, das relações de poder e do desenvolvimento territorial.

O autor inicia a obra apresentando os personagens em um navio, cada qual com suas lembranças e saudades, mas todos compartilhando as mesmas aspirações: enriquecer naquela terra onde o cacau representava ouro; onde era possível no crepúsculo ser pobre, e logo na aurora, rico.

“Na cidade todos se misturavam, o pobre de hoje podia ser o rico de amanhã, o tropeiro de agora poderia ter amanhã uma grande fazenda de cacau, o trabalhador que não sabia ler poderia ser um dia chefe político respeitado” (AMADO, 1983, p.188).

Contudo, antes do domínio da terra, faz-se necessário estabelecer relações de poder para sistematização dos elementos. No caso da obra mencionada, essas relações incorporam violência e jogos políticos ambivalentes. As duas famílias proeminentes da obra, frequentemente travam lutas objetivando a posse das terras, por meio de jagunços e advogados, ambas as estratégias são utilizadas conforme as circunstâncias; envolvem sempre interesses econômicos, de modo que, com efeito, a terra vira um campo canalizador de forças econômicas (comércio).

No momento em que é ampliada a dominação da terra através das relações de poder, assim como a organização para exploração e manutenção dela, pode-se notar de maneira mais apurada o aparecimento do território, *a priori*, na existência apenas do aspecto econômico, o que se tinha era a terra em seu entendimento como simples área detentora de recursos naturais. Não há território sem dominação ou apropriação, quer dizer que não há território sem a presença do homem, ou melhor, da exploração do homem sobre a terra.

O conceito de território invariavelmente elenca outros elementos. Na obra, a política é o meio pelo qual se pode chegar aos atributos econômicos da área/território, porém, o poder político também é pomo das condições econômicas.

O caráter político é um aspecto integrante na conquista, manutenção e exploração da terra. “Os coronéis têm dinheiro para manter jagunços, pagar advogados e obter apoio político para tomar a terra alheia” (FRANCO JUNIOR, 2012, p. 43). O caxixi, isto é, o golpe com documentos falsos feitos por advogados e registrados em cartório, que “legalizavam” o roubo de terras pelos coronéis do cacau, ilustra muito bem o panorama das manobras políticas para usurpação da terra e sua “legitimação”, transformando-a então, em território “regulamentado”, uma vez que os documentos, mesmo falsos, oficializam juridicamente a posse da terra.

Aos poucos a terra ganha os fundamentos de território, ao passo em que os agentes políticos relacionam-se com os distribuidores de mercadorias, com instituições, com grupos sociais, de modo a construir uma configuração reticulada na delimitação da territorialidade.

4 A DIMENSÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL DO TERRITÓRIO

A árvore que influía em Ilhéus era a árvore do cacau, se bem não se visse nenhuma em toda a cidade. Mas era ela que estava por detrás de toda a vida de São Jorge dos Ilhéus. Por detrás de cada negócio que era feito, de cada casa construída, de cada armazém, de cada loja que era aberta, de cada caso de amor, de cada tiro trocado na rua (AMADO, 1983, p.187).

O elemento econômico da terra, evidenciado na produção de cacau, serve de chamariz para todos os outros que compõem um território. Elementos como o poder e a identidade surgem como consequência imprescindível para a consolidação do domínio da terra, no caso da política, e são resultados das ações humanas afetivas sobre a terra, no caso da cultura.

“A mata, cujo sono jamais havia sido interrompido” (AMADO, 1983, p.44.), passou a fornecer seus recursos, o homem, por sua vez, produziu o cacau para vê-lo retornar em forma de lucro/capital em uma rotação contínua, ao mesmo tempo em que ia construindo toda uma estrutura sócio-espacial pautada na produção cacauzeira. Dessa forma, a territorialização dos municípios se dá por meio de relações de produção; as estradas, os estabelecimentos comerciais, as instituições, são fixadas em virtude do crescimento econômico, na maioria das vezes.

A dominação social se dá na constituição da territorialidade, esta, não é nada mais que o resultado socioeconômico da (des)ordem capitalista. Altamente marcada pelas desigualdades, a narrativa está permeada pela conflitualidade, que, por seu turno, é o invólucro da dinâmica territorial, pois a todo o momento, está sendo travada uma disputa intensa, com tessituras eminentemente instáveis, cuja ordem é de apropriação e dominação política, ao passo em que se caracteriza uma realidade profundamente instável do ponto de vista sócio-político-territorial.

A obra inicia-se em um navio, em meio à diálogos com temas das mais variadas ordens, indo de despedidas até planos de vidas, mas uma palavra é bastante recorrente: cacau. A migração dessas pessoas tem como objetivo o enriquecimento rápido, pois “era fácil conseguir um pedaço grande de terra e plantá-la com uma árvore que se chamava cacaueteiro e que dava frutos cor de ouro que valiam mais que o próprio ouro. A terra estava na frente dos que chegavam e não era ainda de ninguém” (AMADO, 1983, p. 26).

Por outro lado, nem todos conquistaram o que desejavam daquela terra. Contraditoriamente, os pequenos agricultores recém-chegados e cheios de sonhos, ao se depararem com uma estrutura dominante já estabelecida, são obrigados a vender sua força de trabalho. Desterritorializados; são presos em um ciclo capital/trabalho infundável que se reproduz na formação territorial, ou seja, se manifestando nas desigualdades territoriais. Convém ressaltar, porém, que (...) a desterritorialização também pode ocorrer através da “imobilização”, pelo simples fato de que os “limites” do nosso território podem não ter sido definidos por nós e, mais grave ainda, podem estar sob o controle ou o comando de outros (HAESBAERT, 2004, p. 20).

Os poucos que insistiam em desafiar a oligarquia vigente sucumbiam mais cedo ou mais tarde, e ao final os dois grupos hegemônicos (Horácio e Badaró) estavam político e economicamente consolidados de tal modo que todo aparato estatal já os pertencia; aquele que ousasse galgar espaço nessa disputa teria um fim trágico, e nada podia fazer para evitá-lo, porque “sabia também que legalmente não havia como lutar contra o coronel. Sabia que não tinha mais terra, nem roça plantada, não tinha mais nada” (AMADO, 1983, p.53).

Contudo, ressaltemos que a apropriação concreta não é, em absoluto, o fundamento basilar incisivo do território, tampouco seu princípio original. Há ainda a apropriação abstrata, que é mais dissimulada e esta nuance está presente igualmente na obra. A interação do sujeito com seu meio, à medida que se apropria e ocupa de uma parcela do espaço, cria, invariavelmente, laços identitários, porque de fato são, sobretudo, afetivos. Tem-se a ideia de um território individualizado, pertencente ao âmbito dos sentimentos.

Esse raciocínio ilustra-se bem como um dos personagens da obra, o negro Jeremias. Escravo fugido, para não ser recapturado escondeu-se na mata do Sequeiro Grande, de onde jamais saiu, até mesmo após a abolição dos escravos. O Sequeiro Grande não representava para ele simples fonte de sobrevivência, mas um território seu, aonde habitavam seus deuses africanos, cuja crença alimentava-o ontologicamente, enquanto ser transcendental.

Jeremias estabeleceu sua existência a partir e somente das terras do Sequeiro Grande, enraizou-se e construiu uma identidade nessa “mata”, e de certo modo, já não se compreendia fora dela. Assim, a identidade sócio-cultural inicia-se e termina nos atributos do espaço concreto, numa dimensão telúrica.

5 A TERRITORIALIDADE NA CONSTITUIÇÃO DAS CIDADES

Antes de se avançar na linha de raciocínio traçada até agora, é imperativo, enquanto preâmbulo, realizar algumas observações introdutórias acerca de alguns conceitos centrais, tratados logo adiante.

A polissemia em torno do termo “rede” remete-nos a algumas imprecisões estanques cujos efeitos objetivamos evitar através da seguinte definição oferecida por Santos (2006, p.187-188) a respeito da constituição das redes:

As redes são técnicas, mas também sociais. [...] Animadas por fluxos, que dominam o seu imaginário, as redes não prescindem de fixos – que constituem suas bases técnicas – mesmo quando esses fixos são pontos. Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas. Fixos e fluxos são intercorrentes, interdependes. Ativas e não-passivas, as redes não têm em si mesma seu princípio dinâmico, que é o movimento social (AMADO, 1983, p. 53).

No contexto técnico-científico-informacional, portanto, as redes são multifuncionais (redes de produção, de comércio, de transporte, de informação) e estruturam, de modo basilar, os fluxos e os fixos, isto é, a demanda de informação, circulação, mobilidade, presididas pelo capital como um todo (incluindo o fictício), sendo este mundialmente conectado pelos grandes meios de comunicação, presidido tanto pelas firmas quanto pelas instituições, abrangendo, ademais, toda dimensão da vida social no cotidiano. “Tais redes são os mais eficazes transmissores do processo de globalização a que assistimos” (SANTOS, 2006, p.179).

Nesse sentido, fixos e fluxos, segundo Santos (2006), são elementos fundantes da rede, pois, enquanto o primeiro a imputa sua infra-estrutura, ou seja, a base técnica espacialmente fixada, o segundo, por outro lado, a dinamiza através da fluidez inerente ao progresso técnico atual.

No entanto, sob a égide territorial, é novamente Raffestin (1993) que se aproxima, do ponto de vista teórico-metodológico, da noção de rede que interessa-nos aqui, uma vez que nele não necessariamente implica-se numa rede integrada ao quadro globalizante do capital, tal qual em Santos (2006), além disso, por também tratar-se de uma perspectiva sobretudo conceitual a partir do poder, que dialoga com nossa proposta analítica.

Ao invés de fluxos, Raffestin prefere o termo mobilidade, abarcando a circulação e a comunicação, como componente substancial das redes. No âmago da mobilidade, ao passo em que circulação vincula-se às transferências de pessoas, bem como de bens ou mercadorias, a comunicação representa o fluxo da informação de modo generalizado. Por isso, quanto às redes, na abordagem territorial, “toda estratégia integra a mobilidade e, por consequência, elabora uma função circulação-comunicação (RAFFESTIN, 1993, p. 202). Eis aí o conteúdo das redes, de traço eminentemente político-econômico. Doravante, antes de esmiuçar aspectos teóricos mais pormenorizados, procuremos, pois, compreender o que foi discutido até o presente momento em conformidade com a obra literária retratada, reportando-nos a algumas passagens.

Nela, o cacau, como principal fonte de riqueza, aparece no centro do desenvolvimento territorial. O domínio de sua produção concentra o estabelecimento necessário dos fixos e dos fluxos, ou seja, as edificações urbanas, as vias de acesso, a distribuição e escoamento da produção, são disputados através das relações de poder, fator do controle e da gestão da territorialidade. Portanto, o sistema produtivo está em interdependência com o arranjo territorial estabelecido.

Além do território essencialmente ser resultante das relações produtivas e de poder, também o é a territorialidade, mas esta, em especial, ainda é resultante das articulações, desagregação, concentração, dinâmica social, comércio; teias sócio-espaciais que estão interconectadas numa *rede* territorial. Há elementos, materiais e imateriais, atados no bojo da organização territorial, com diversos processos relacionais. Isso fica mais evidente, por exemplo, no trecho que explicita a constituição de Ferradas:

Ferradas nascera em torno do armazém de cacau que Horácio fizera construir ali. Ele precisava de um depósito onde juntar o cacau já seco das suas diversas fazendas. Ao lado do armazém foram surgindo casas, em pouco tempo se abriu uma rua na lama, dois ou três becos a cortaram, chegaram às primeiras prostitutas e os primeiros comerciantes. Um sírio abriu uma venda, dois barbeiros se estabeleceram vindos de Tabocas, passou a haver feira aos sábados, Horácio mandava abater dois bois para vender a carne. Tropeiros, que vinham conduzindo tropa de cacau seco das fazendas mais distantes, pernoitavam em Ferradas, os burros vigiados por causa dos ladrões de cacau (AMADO, 1983, p.130).

Como se constata no trecho supracitado, a configuração territorial, na obra, é extensão das relações econômicas, pelo que está quase totalmente alicerçada sob o caráter econômico. É que desde o cartório até o porto de ilhéus, os fixos estão dispostos e (re)arranjados de acordo com a circulação econômica, embora não em todo absoluto.

As organizações, tal como as articulações políticas e econômicas, ambas as estruturas de poder, atuam em consonância porque, de fato, compartilham dos mesmos interesses, aos quais, aliás, se solidificam em parte na administração sócio-espacial mais ou menos estável, e em parte no lucro (mais-valia; preço do *valor de troca*). Mas, como uma espécie de poder instrumental, na territorialidade de Ilhéus, o poder político trabalha em favor do poder econômico, o que não quer dizer que haja uma convergência intencional.

A territorialidade é concebida por Raffestin (1993), como uma configuração territorial a fim de traçar mecanismos para delimitar uma área sob controle, e em corolário, fixar manutenção e estabelecimento do poder. As redes de circulação são apenas uma das faces desse poder na territorialidade, a face mais visível. É necessário aqui refletir sobre essa visibilidade do poder, para entender aquilo que não se apresenta tão facilmente aos nossos olhos.

Ora, circulação, tal como a comunicação, são controladas pelos atores políticos hegemônicos locais, todavia não são meramente bases estruturantes das atividades econômicas, vão muito mais além. Reiteremos que esse é apenas o aspecto visível do poder, o palpável, aquilo que se extrair numa análise mais superficial da forma. Por trás da forma, existe uma essência embutida, dissimulada, um poder invisível com um só escopo: o controle social, porque “controlar as redes é controlar os homens e é impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga” (RAFFESTIN, 1993, p.213).

As redes por condicionarem as ações sociais, são também prisões que impossibilitam a liberdade de movimento, enquanto o tempo da produtividade (fluidez) substitui o tempo da vida humana, isto é, encarrega-se de aprisionar. Entretanto, as redes não passam de instrumentos de poder, e destarte, estão em iminência de serem instrumentalizadas por qualquer grupo social.

Os atores tecem seu arranjo a partir das relações econômicas, primariamente supondo o caráter econômico, secundariamente o político. Dessa forma, a territorialidade subordina-se às atividades econômicas, na medida em que as redes de circulação acabam sendo o campo visível do poder exercido pelo atores hegemônicos. Onde há controle das redes, ou melhor, da mobilidade, há implícito domínio social, pois esses são os trunfos sócio-espaciais do poder. Portanto, as redes dissimulam um poder multidimensional.

“Depois foi o povoado de Tabocas, as casas se construindo umas atrás das outras, as ruas se abrindo sem simetria ao passo das tropas de burros que traziam cacau seco. A estrada de ferro avançou de Ilhéus até ali e, em torno dela, nasceram novas casas” (AMADO, 1983, p.134).

Por fim, as redes de comunicação, dentro da perspectiva informacional, desempenham uma função político-discursiva e, acima de tudo, ideológica. Os jornais “O comércio” e “Folha de Ilhéus” - compreendidos como meios de comunicação de massa, ainda que incipientes - representam a conjuntura do poder local presentes na trama territorial, instrumentalizando seus meios no intuito de condicionar posicionamentos. Em outros termos, significa a difusão de uma informação na espera de uma reação premeditada, sendo ação e reação estrategicamente configuradas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar das múltiplas abordagens do território, discorrendo acerca dos enfoques naturalistas, político-administrativos, até os culturais, notaram-se desvios conceituais que, de uma maneira direta ou indireta, fragmentaram e malograram as discussões concernentes à temática, já que em vez de haver debates radicais (leia-se aqui de raiz, origem), e mesmo consistentes, lançaram-se à luz de uma teorização unilateral, pondo em relevo a centralidade de cada ramo do conhecimento, sob ênfases das dimensões aproximadas dos campos de estudo.

Embora, ora encaminhado por um viés ulteriormente, ora percorrendo outro, ao passo em que se ensejava extrair da obra os elementos presentes na constituição do território, no exercício de um quadro analítico, não prescindimos dos aspectos materiais e imateriais ao englobar as variadas dimensões.

Cabe salientar, a efeito de síntese, alguns avanços conceituais indubitáveis, cujo rigor pôde ser observado nas passagens narrativas de Terras do Sem Fim, em que os processos de construção de um território estiveram balizando fundamentações análogas, a fim de demonstrar a aptidão do território figurado na obra. Durante o revisionismo das significações, bem como dos aspectos do território, houve rupturas, renovações, inovações que fixaram pontos basilares, consolidados, se considerarmos as novas ideias com as quais está sendo trabalhado o conceito de território.

Para uma melhor compreensão, e para que se possa depreender, remontemos as seguintes noções: O território jamais deve ser confundido com uma ideia aproximada de *habitat*, esteve evidente nas passagens da obra, que os processos sobre e a partir do território extrapolam a abordagem simplista de substrato para concretização da vida humana, afinal a abordagem da estrutura social e dos personagens estavam profundamente vinculadas à formação econômica, política e cultural imbricada, inexoravelmente, com a formação territorial do sul da Bahia.

O poder não se incutiu tão somente no Estado-nação, balizado na sua soberania territorial estrategicamente consubstanciada em certos limites fronteiriços. Através de Raffestin (1993), o poder adquiriu uma capacidade multidimensional, inerente ao plano relacional, assim, a delimitação espacial a partir das relações de poder dá procedência ao território. É necessário extrapolar a materialidade ao se pensar em apropriação, obviamente, parte-se da ocupação e vivência, ou ao menos dessa apetência, todavia, é imperativo atingir a abstração como instrumento, do qual é possível arrogar-se de uma espacialidade.

E isso nos remete ao caráter sócio-cultural, das dimensões simbólicas, pelo qual se compreende a identidade do ponto de vista subjetivo. Assim sendo, esta última dimensão, restringe-se à abstração, pois é refletida claramente na instância social, ocasionando uma territorialidade específica.

A abordagem da obra de Jorge Amado “Terras do sem fim”, nos apresenta as relações de poder articuladas por um determinado grupo social, onde se vislumbra, também, aspectos econômicos, tais como relação capital/trabalho, produtividade, produção/natureza, que são indissociáveis do território em função das implicações da apropriação e do controle.

Com efeito, é oportuno condensar, de maneira lacônica, um tema que se associa no mais das vezes ao controle, a territorialidade. Em geral, seu significado incorpora uma espécie de relação comportamental espaço-territorial de um grupo social estrito. Contudo, do mesmo modo que foi empregado nesse trabalho, opta-se por designar um conteúdo categórico de controle territorial e de poder, por intermédio do exercício político, ideológico ou até coercivo.

REFERÊNCIAS

AMADO, J. **Terras do sem fim**. São Paulo: Martins, 1983.

BORDO, A. A. et al. **As diferentes abordagens do conceito de território**. Disponível em: <http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110915224202.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2012.

FRANCO JUNIOR, A. **Sociedade em formação: terras do sem fim e tenda dos milagres**. Disponível em: < <http://www.jorgeamado.com.br/professores/04.pdf>> Acesso em: 5 abr. 2012.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Ed. da Unioeste, 2004.p.87 – 119.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** São Paulo: Nova Cultural, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Ed. da Unioeste, 2004.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: Edusp, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Ed. da Unioeste, 2004. p.121-147.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder. autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco. Beltrão: Ed. da Unioeste, 2004.p.15-36.

Data de submissão: 03.11.2012

Data de aceite: 13.08.2013

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.